



A empresa AID ASSISTÊNCIA EM HOME CARE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 58.448.629/0001-89, com sede à Rodovia Prefeito Bianor Martins Esteves, nº 6.900, bairro Poço Fundo, Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ, CEP 25.780-000, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 14/2025, promovido pelo Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar suas:

## CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

### I – PRELIMINARIDADES

#### I.1 – Da legitimidade e da habilitação documental

1. Verifica-se que a empresa “Assistencial e Serviços em Saúde Ltda”, ora impetrante da interposição do recurso não apresentou componente documental indispensável para habilitação:
  - a) Certidão Negativa de Débitos Federais;
  - b) Certidão de Cartório de Distribuição;
  - c) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES ativo;
  - d) A Certidão Estadual apresentada está positiva, o que indica pendência fiscal estadual.
  - e) Atestado de Capacidade Técnica Insuficiente: O atestado apresentado não comprova competência para execução do objeto licitado em complexidade equiparável.A falta de correspondência ao objeto do certame viola o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.
2. Nos termos do art. 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante que deixar de comprovar os requisitos de habilitação exigidos no edital deve ser inabilitada de pleno direito, restando afastada de qualquer ato subsequente do certame. No presente caso, a recorrente, ao deixar de apresentar, em momento oportuno, documentos essenciais à sua habilitação, deveria ter se tornado juridicamente inapta a interpor recurso quanto ao mérito, uma vez que não mais figura como parte interessada na fase de julgamento. Tal impossibilidade decorre diretamente dos princípios processuais da sucumbência e do interesse recursal, conforme expressamente previsto no art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual somente poderá recorrer quem demonstrar interesse jurídico direto na modificação do ato.

Dessa forma, o recurso interposto não deve sequer ser conhecido, por manifesta ausência de legitimidade ativa e de interesse jurídico, impondo-se o arquivamento liminar da peça recursal.





3. O recurso interposto pela Recorrente configura, com clareza, hipótese de recurso manifestamente protelatório, utilizado de forma indevida para postergar a conclusão do certame e obstaculizar a adjudicação do objeto licitado. A utilização da via recursal sem fundamento jurídico idôneo, dissociada de qualquer plausibilidade técnica ou legal, caracteriza litigância de má-fé administrativa, em afronta aos princípios da boa-fé, lealdade processual e eficiência.

O Tribunal de Contas da União tem reiteradamente repudiado a prática de interposição de recursos com finalidade meramente dilatória, reconhecendo que tais condutas comprometem a eficiência e a celeridade dos procedimentos licitatórios.

Consoante reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União (v.g., Acórdão TCU nº 357/2015-Plenário; Acórdão TCU nº 487/2015-Plenário; Acórdão TCU nº 2903/2021-Plenário), a inabilitação devidamente fundamentada retira do licitante a legitimidade para impugnar a habilitação de outro participante, por ausência de interesse jurídico direto na modificação do ato.

**Portanto, verifica-se que o recurso apresentado não merece sequer apreciação de mérito**, haja vista a ausência de interesse jurídico direto, requisito indispensável ao exercício do direito de recorrer, nos termos do art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

## II – DO MÉRITO

### II.1 – Da natureza sob demanda do objeto e inaplicabilidade do vínculo via Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

1. O edital e o Termo de Referência do certame são expressos ao estabelecer que os serviços serão executados sob demanda, “por meio de sessões, visitas, plantões ou consultas, conforme a efetiva necessidade”. Tal forma de execução implica prestação de serviços de natureza eventual e variável, incompatível com os elementos caracterizadores do vínculo empregatício previstos no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que conceitua empregado como aquele que presta serviços de forma pessoal, não eventual, sob subordinação e mediante salário. No caso em questão, a ausência de habitualidade e previsibilidade de jornadas afasta a possibilidade de configuração de relação de emprego, uma vez que o objeto licitado não impõe regime de dedicação exclusiva nem prevê escala fixa e imutável de trabalho.

Ademais, o próprio Termo de Referência explicita que a execução e o faturamento serão fracionados, de acordo com a demanda efetiva da Secretaria Municipal de Saúde, evidenciando o caráter eventual e incerto da prestação. Em consequência, não se pode exigir da contratada a adoção de regime celetista contínuo (CLT), sob pena de impor obrigação jurídica incompatível com o modelo contratual delineado





no edital e com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021).

2. O item 6.17.1 do edital é inequívoco ao admitir, como forma válida de comprovação de vínculo jurídico com os profissionais, “a cópia da carteira de trabalho (CLT), **contrato de prestação de serviço** ou vínculo societário”. **Dessa disposição extrai-se que o próprio instrumento convocatório autoriza a execução contratual sob regime jurídico diverso do celetista, abrangendo contratações autônomas, eventuais ou por prestação de serviços, como aquelas formalizadas mediante Recibo de Pagamento Autônomo (RPA).**

Em decorrência disso, não há que se falar em obrigatoriedade de observância do Piso Nacional da Enfermagem, instituído pela Lei nº 14.434/2022, uma vez que tal norma aplica-se exclusivamente a vínculos de natureza empregatícia (CLT) ou aos servidores públicos estatutários, nos termos do art. 15-A da Lei nº 7.498/1986, com redação dada pela referida lei.

Isto é, a obrigatoriedade do piso da enfermagem restringe-se às relações de trabalho regidas pela CLT ou estatutárias, não alcançando as contratações eventuais ou autônomas por prestação de serviço.

Dessa forma, considerando que o contrato em questão será executado por unidade de plantão, visita ou sessão, de forma fracionada, sob demanda e sem jornada previsível e garantida, conclui-se que os profissionais de enfermagem atuarão como prestadores autônomos, não se configurando relação empregatícia habitual ou subordinação jurídica. Logo, a exigência de aplicação do piso, nessas condições, violar-se-ia o princípio da vinculação ao edital (art. 18 da Lei nº 14.133/2021) e imporia ônus desproporcional à contratada, contrariando, ainda, os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.

A análise de exequibilidade e de encargos deve ser compatível com o regime jurídico do vínculo adotado no edital. Assim, não há fundamento legal para exigir que se apliquem pisos salariais celetistas a prestações de serviço autônomas, sob pena de violação aos princípios da razoabilidade, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório

3. O regime jurídico do edital, ao instituir Registro de Preços e estimativa de demanda anual prorrogável, porém precária em previsibilidade, reforça que não há garantia de fornecimento previsível e mensurável, o que inviabiliza custos fixos de pessoal contínuo exigidos num contrato CLT.

## II.2 – Da jurisprudência sobre inexecutabilidade e presunção relativa

1. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 59, dispõe que serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou que não comprovarem sua exequibilidade quando exigido (incisos III e IV). O §2º do mesmo artigo autoriza





a Administração a promover diligências destinadas à verificação da exequibilidade das propostas apresentadas.

**Nesse contexto, cumpre destacar que esta licitante já foi devidamente submetida a diligência administrativa específica para comprovação da exequibilidade de sua proposta, ocasião em que apresentou toda a documentação contábil pertinente, demonstrando de forma minuciosa a viabilidade econômico-financeira da execução dos serviços. Tal comprovação foi reconhecida nos autos pela pregoeira responsável, resultando em parecer favorável à manutenção da proposta.**

Diante disso, resta evidente que a manifestação recursal carece de fundamento, uma vez que a exequibilidade regularmente comprovada em diligência não pode ser rediscutida pela Administração, salvo em caso de erro material manifesto. Assim, deve ser mantido o entendimento já firmado pela autoridade competente, garantindo-se a habilitação desta licitante e a preservação da legalidade e estabilidade do procedimento licitatório.

### III – DOS CÁLCULOS TÉCNICOS CONTÁBEIS: IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO COM REGIME CLT – VÍCIO INSANÁVEL DOS PRÓPRIOS DOCUMENTOS NORTEADORES DO EDITAL – CÁLCULO ESTIMADO.

III.I – Parâmetros utilizados se considerado a obrigatoriedade de vínculo CLT + Piso Nacional da Enfermagem.

- Piso Nacional da Enfermagem – Técnico de Enfermagem: Lei nº 14.434/2022 → R\$ 3.325,00 mensais;
- Jornada de referência: 220 horas/mês;
- Insalubridade grau médio (20%), conforme NR-15 Anexo 14;
- Encargos trabalhistas e previdenciários estimados:

INSS patronal (20%), FGTS (8%), férias + 1/3 ( $\approx 11,11\%$ ), 13º salário ( $\approx 8,33\%$ ), DSR (1/6,  $\approx 16,67\%$ ), RAT (1%), contribuições do “Sistema S” e terceiros ( $\approx 5,8\%$ ). Total de encargos  $\approx 70,91\%$ .

III.II – Cálculos comparativos

Situação	Custo RL CLT (12h plantão)	Custo RL CLT (24h plantão)
Salário base + insalubridade	R\$ 217,56	R\$ 435,12
Com encargos totais ( $\approx 70,91\%$ )	R\$ 372,00	R\$ 744,00





III.II.I. Valor-média/teto proposto pela pesquisa de preços do edital do Pregão Eletrônico nº 14/2025:

- a) Plantões de Técnico de Enfermagem 12h: R\$ 195,50;
- b) Plantões de Técnico de Enfermagem 24h: R\$ 393,71.

III.III – Análise do gap

- O valor fixado no edital para plantão de Técnico de Enfermagem 12h (R\$ 195,50) corresponde a  $\approx 52,6\%$  do custo mínimo para execução com todos os encargos para contratação de profissional via regime CLT e consequente pagamento do Piso Nacional da Enfermagem.
- Para plantão de técnico de enfermagem 24h, o valor teto (R\$ 393,71) fica  $\approx 52,9\%$  do custo real (R\$ 744,00) com todos os encargos para contratação de profissional via regime CLT e consequente pagamento do Piso Nacional da Enfermagem.
- No que se refere aos valores apresentados na média/teto do pregão para os itens 2 (plantão de técnico de enfermagem 12 horas) e 3 (plantão de técnico de enfermagem 24 horas) do Lote 2, cumpre observar que, caso fosse adotado o regime celetista (CLT) com observância integral do Piso Nacional da Enfermagem, os custos deveriam alcançar, respectivamente, R\$ 2.715.600,00 e R\$ 267.840,00, totalizando R\$ 2.983.440,00. Desconsiderando-se o item 1 do mesmo lote (Consulta com enfermeiro), constatar-se-ia apenas nesses dois itens um déficit primário de R\$ 1.405.638,50, evidenciando de forma incontestável que os documentos de referência e, por conseguinte, o edital, não impuseram como obrigatória a contratação de profissionais sob o regime CLT.

Assim, a tentativa de aplicar tal regime de forma compulsória às propostas concorrentes revela-se indevida, pois acarretaria distorção estrutural dos custos, comprometendo a formação de preço e a viabilidade econômica da contratação. Ademais, a proposta do próprio edital baseada em regime CLT seria manifestamente inexecutável, diante do aumento de encargos fixos, custos trabalhistas e riscos legais que, na prática, tornam a execução inviável e desproporcional às condições estabelecidas pelo instrumento convocatório e, portanto, impossível de ser discutida pois gera prejuízo estrutural, custo fixo, encargos legais e riscos trabalhistas. Se esse fosse o caso, haveria vício insanável dos próprios documentos norteadores da contratação.

- Ressalta-se que os valores considerados pelo órgão contratante têm como base referências provenientes de bancos de preços de contratações realizadas por outras empresas e entes públicos, o que demonstra não apenas a compatibilidade dos valores ofertados com os praticados no mercado, mas também que a adoção de regimes de contratação distintos do celetista (CLT), como pagamento por RPA ou contrato eventual/autônomo constitui a única alternativa economicamente viável





para a adequada execução do objeto licitado. Nesse sentido, a verificação da exequibilidade deve considerar a forma de execução contratual e o regime jurídico dos profissionais.

Cumpre destacar que o próprio Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ, por intermédio do Pregão Eletrônico nº 36/2023, já realizou contratação de pessoa jurídica para o fornecimento dos mesmos serviços de Home Care, adotando valores compatíveis com o mercado e inferiores àqueles que resultariam da aplicação do regime celetista acrescido do Piso Nacional da Enfermagem. Tal fato comprova que a contratação de profissionais por meio de pessoa jurídica constitui prática administrativa consolidada, regular e amplamente aceita, observando os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade. **Portanto, qualquer decisão ora divergente resultaria em carência de isonomia.**

Portanto, a presente contratação não apenas se coaduna com a conduta histórica do próprio órgão, como também está alinhada às melhores práticas de gestão pública, amplamente verificadas em outros entes da federação, garantindo a continuidade do serviço público essencial com menor ônus aos cofres municipais, sem que isso implique violação à legislação trabalhista ou à moralidade administrativa.

**Dessa forma, é inequívoco que a análise da exequibilidade deve levar em conta a modalidade de vínculo jurídico e o modelo operacional proposto pela licitante ora reclamante, não podendo o regime CLT ser imposto como parâmetro único ou obrigatório, sob pena de violação ao princípio da competitividade e à razoabilidade na formação de preços.**

#### IV – DO DIREITO, DOS PRINCÍPIOS E DA LEGALIDADE

1. A Administração Pública está vinculada à lei. O edital, ao admitir contrato de prestação de serviço, criação de vínculo societário ou contrato eventual, concede margem legal para execução diversa de regime CLT quando a natureza do serviço for sob demanda, respeitando o Princípio da Legalidade. Importante destacar a CF/88, art. 37 caput; Lei 14.133/2021, art. 5º, art. 11, inc. III, onde é expresso que é dever da Administração licitar pelo meio que gere menor custo para o erário, compatível com a técnica e a legalidade, respeitando o Princípio da Economicidade e garantindo eficiência.
2. A prestação sob demanda, com regime de contratação eventual ou de pessoa jurídica ou RPA, permite adaptação à demanda real, evitando custos fixos exagerados e desperdício orçamentário, respaldados pelo Princípio da Eficiência.
3. Dever de Estudo Técnico Preliminar adequado: Lei 14.133/2021, art. 18, §1º, que exige que o ETP demonstre previsão de demanda, memórias de custo, estimativas consistentes, para que se avalie viabilidade técnica e econômica. Que conforme





demonstrado de forma minuciosa, não considera viabilidade econômico-financeira de contratação via CLT e, portanto, nela não se pode exigir.

4. Inexequibilidade manifestamente absurda: Conforme art. 59, I, III, IV da Lei 14.133/2021; não se pode exigir proposta conforme piso CLT se os valores de referência do certame já demonstram o contrário.

## V – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

- a) **Seja rejeitado o recurso interposto pela empresa Recorrente por improcedente em todos os seus termos;**
- b) Seja mantida, integralmente, a habilitação e a classificação da Recorrida, AID Assistência em Home Care Ltda;
- c) Seja reconhecido que o regime aplicável ao objeto licitado é de prestação sob demanda / serviço eventual / RPA ou pessoa jurídica, não de vínculo empregatício contínuo via CLT;
- d) Que seja garantida a observância dos princípios constitucionais e legais: legalidade, economicidade, eficiência, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

Nestes termos, pede deferimento.

São José do Vale do Rio Preto, 15 de Outubro de 2025.

---

Monique da Silva Freitas

Sócia Administradora. RG. 12.112.790-6 IFP RJ

AID ASSISTENCIA EM HOME CARE LTDA. CNPJ: 58.448.629/0001-89

ASSISTENCIA EM HOME CARE